

Aceprev

Acesita Previdência Privada



**Nenhum sucesso
é por acaso.**

É o trabalho diário, bem
cuidado e planejado, que
garante nosso crescimento
e nos deixa aptos para
voar em segurança.

Relatório Anual de Atividades 2015
Plano AMIB

aperam

Sumário

MENSAGEM DA DIRETORIA	3
1. A ENTIDADE - ORGANOGRAMA	4
2. PARTICIPANTES	5
3. BENEFÍCIOS	6
4. CONTRIBUIÇÕES PARA A ENTIDADE	7
5. PATRIMÔNIO	8
6. INVESTIMENTOS – RENTABILIDADE E RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	9
7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	14
8. INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	17
9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS, POR PLANO DE BENEFÍCIOS E PARECERES	19

MENSAGEM DA DIRETORIA

Nenhum sucesso é por acaso. É o trabalho diário, bem cuidado e planejado, que garante nosso crescimento e nos deixa aptos para voar em segurança.

Nesse contexto, a Diretoria da Aceprev apresenta os Relatórios Anuais de Atividades de 2015 dos Planos de Benefícios Amib e Acesita, com o resumo das atividades realizadas pela Entidade neste exercício.

Ao longo dos 20 anos de Aceprev, completados em abril de 2015, a administração da Entidade vem atuando pautada pela ética, pela transparência, pela segurança e pelos princípios da boa governança.

A história de uma gestão sustentável permitiu que a Aceprev assumisse, desde 1º de abril de 2015, a gestão do Plano de Benefícios ACESITA (patrocinado pela Aperam e Aperam BioEnergia), antes administrado pelo HSBC Fundo de Pensão. Desde então, muito tem sido feito para dar, a este novo plano, a identidade da gestão da Aceprev.

Outro fato marcante para a Aceprev em 2015 foi a superação de R\$ 1 bi em recursos administrados, o que torna a Entidade mais robusta. Essa conquista nos motiva e exige responsabilidade redobrada na condução dos Planos, que agora agregam um contingente de mais 6.000 participantes, sendo 4.333 ativos e 1.674 assistidos.

Com as mudanças advindas da transferência do Plano Acesita, a Aceprev revisou a sua matriz de riscos e controles, abrangendo os quatro macro processos (administração, arrecadação, investimentos e benefícios). Logo após esta revisão, uma empresa especializada foi contratada para realizar o teste de validação da efetividade dos 40 riscos mais expostos, sendo avaliados 88 controles neste processo.

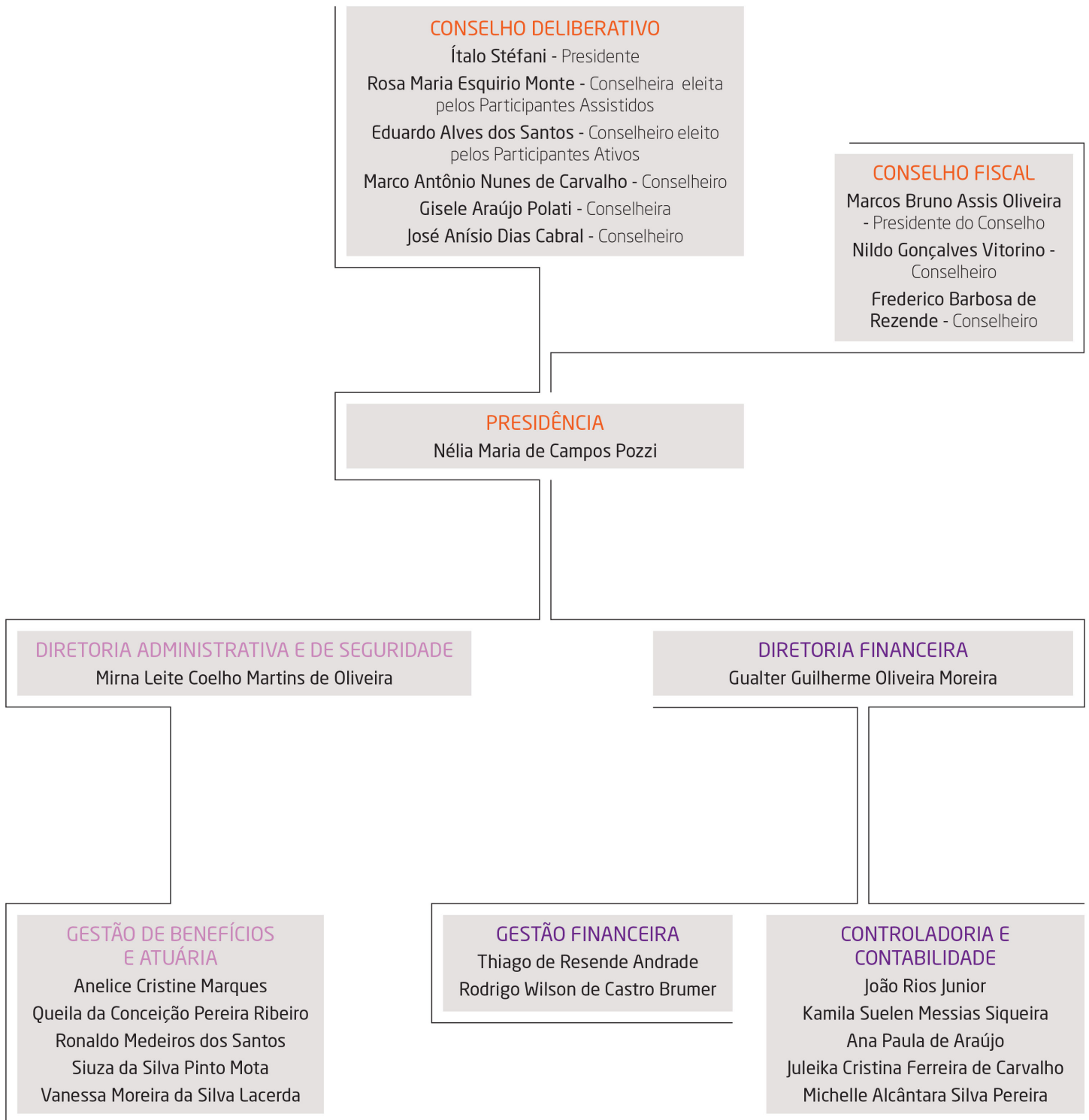
Após esse trabalho que visa a mitigação dos riscos operacionais, de forma a identificar a necessidade de adequação nos controles internos já existentes, culminou na implantação de 59 ações no Plano de Ação da Entidade para o ano vindouro.

Um trabalho como este nos permite assegurar que as atividades sejam realizadas conforme as políticas e procedimentos da Aceprev, suportando o alcance dos seus objetivos estratégicos e operacionais.

Apesar dos ambientes econômico e político conturbados, na gestão dos investimentos, o Plano AMIB apresentou retorno de 15,32% a.a., sendo que houve valorização de 14,55% na reserva Níquel, representando 91,48% do *benchmark*, e 16,63% na reserva Cromo, o que corresponde a 98,75% do *benchmark*. Quanto à rentabilidade acumulada do Plano Acesita no ano, computamos 14,99% a.a. de valorização, salientando que o plano foi gerido pelo HSBC no 1º trimestre e, a partir desta data, pela Aceprev.

A Administração agradece a todos os participantes pela contínua confiança ao longo desses anos, aos patrocinadores, conselheiros fiscais e deliberativos pela parceria, aos membros dos comitês, colaboradores e parceiros pela dedicação que possibilitou a obtenção dos resultados ora apresentados.

1. A ENTIDADE - ORGANOGRAMA



2. PARTICIPANTES

O Plano AMIB encerrou o exercício de 2015 com 4.061 Participantes, dentre os quais 1.327 Assistidos. A distribuição dos Participantes, comparada ao exercício anterior, pode ser verificada no quadro abaixo:

Participantes	31/12/15	31/12/14
Ativos	2.734	2.538
Empregados	2.537	2.357
Vinculados	88	77
Autopatrocinados (Ex-Empregados)	109	104
Assistidos	1.327	1.259
Aposentadoria	971	899
Incapacidade (Invalidez)	205	232
Pensão Por Morte	83	79
Benefício Proporcional Diferido	68	49
Total Geral	4.061	3.797

GRÁFICO DE PARTICIPANTES ATIVOS POR FAIXA ETÁRIA

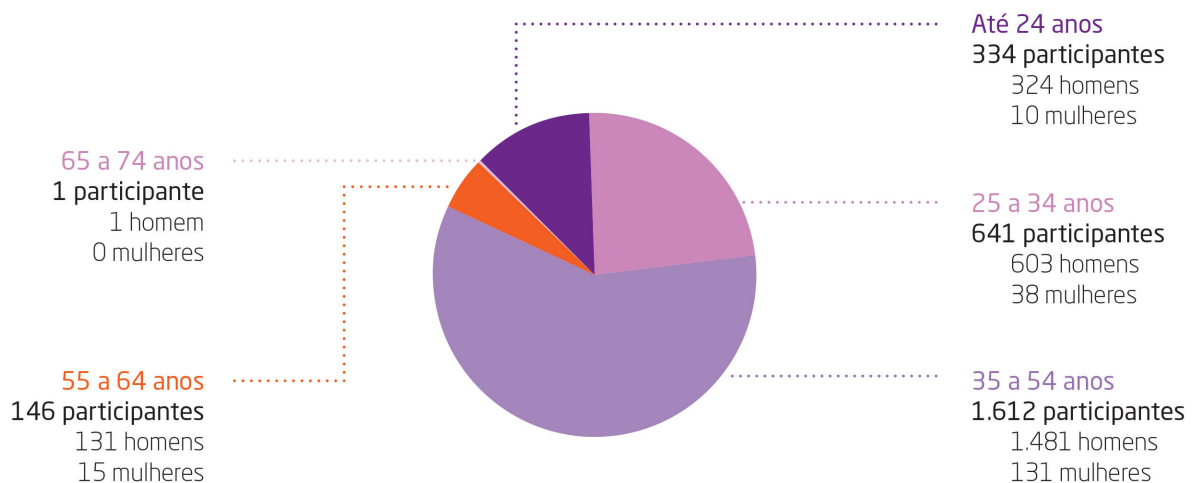
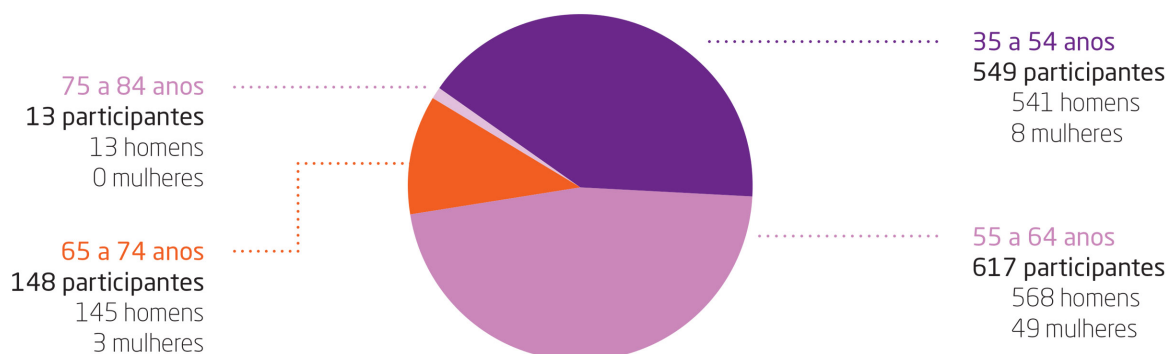


GRÁFICO DE PARTICIPANTES ASSISTIDOS POR FAIXA ETÁRIA



3. BENEFÍCIOS

Todos os Benefícios listados abaixo são oferecidos aos Participantes admitidos no plano até 04/09/2011. Para os Participantes admitidos no Plano a partir de 05/09/2011 e os migrados, também são oferecidos os benefícios abaixo, exceto as Aposentadorias na modalidade de recebimento vitalício e os Benefícios de Risco.

Aposentadorias:

- Aposentadoria Normal
- Aposentadoria Antecipada
- Aposentadoria Especial
- Benefício Adicional

Benefícios de Risco:

- Auxílio Doença
- Incapacidade
- Pensão por Morte

Institutos Legais Obrigatórios:

- Resgate
- Benefício Proporcional Diferido (BPD)
- Portabilidade
- Autopatrocínio

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES DE ESTATUTO E REGULAMENTO

Não ocorreram modificações no Estatuto e Regulamento do Plano de Benefícios AMIB administrado pela ACEPREV no exercício de 2015.

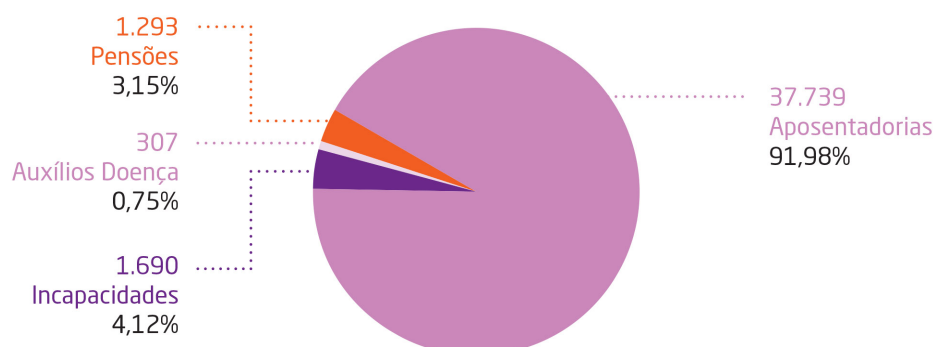
BENEFÍCIOS PAGOS

Tipo de Benefício	2014		2015		
	Quantidade de Benefícios Processados	R\$ Mil	Quantidade de Benefícios Processados	R\$ Mil	Pessoas Assistidas
Aposentadoria Normal	761	4.097	883	4.710	75
Aposentadoria Especial	1.297	3.300	1.440	4.131	119
Aposentadoria Antecipada	8.520	21.981	9.067	24.737	777
Pensão por Morte	915	1.173	998	1.293	83
Auxílio Doença	198	228	180	307	10**
Incapacidade (Invalidez)	3.059	1.702	2.757	1.690	205
Benefício Proporcional Diferido	516	1.441	721	2.151	68
Benefício Adicional	2.965	1.766	3.130	2.010	*
Total de Benefícios Pagos	18.231	35.688	19.176	41.029	1.327

* Não soma com o total pois duplicará o nº de participantes, os participantes já constam no número das Aposentadorias Normal, ou Antecipada e ou Especial.

** Participantes computados como ativos

GRÁFICO DE BENEFÍCIOS PAGOS EM 2015 (R\$ mil)



4. CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANO AMIB

Das contribuições efetuadas em 2015 para o Plano AMIB, as Patrocinadoras participaram com 39,30 %, enquanto os Participantes contribuíram com 60,70 % do montante recebido. Os valores das contribuições e seus respectivos percentuais em relação ao total das contribuições encontram-se no quadro abaixo.

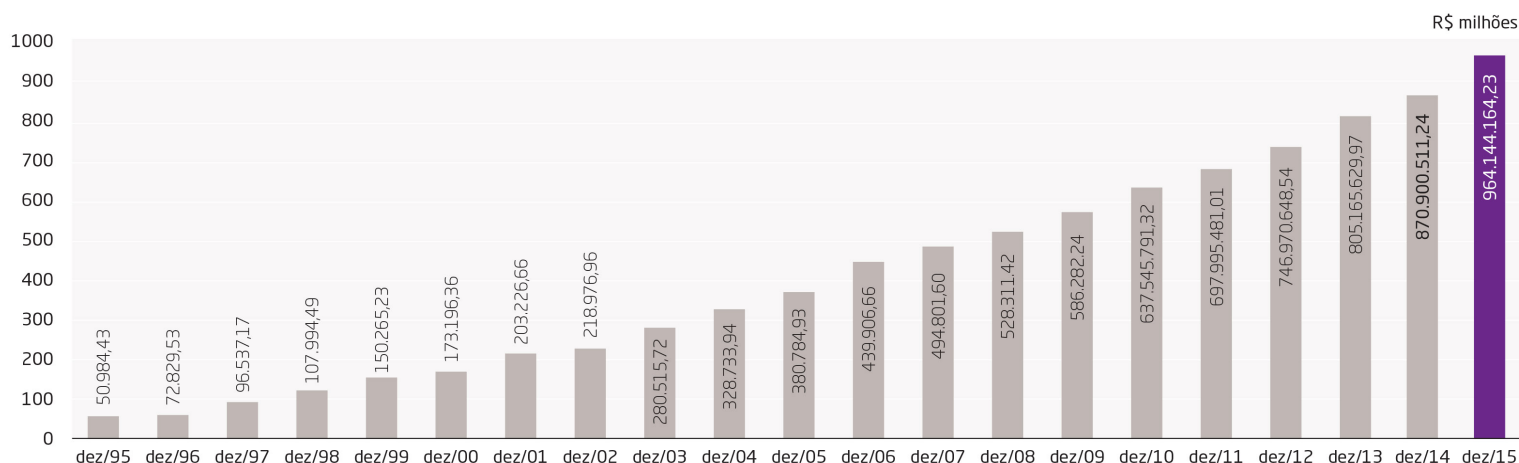
Contribuições	R\$ Mil	Percentual
Participantes	13.527	60,70
Básica	5.921	26,58
Voluntária / Especial	4.823	21,64
Autopatrocinaados / Vinculados	1.572	7,05
Portabilidade	1.211	5,43
Patrocinadora	8.758	39,30
Normal	5.858	26,29
Despesas Administrativas	2.728	12,24
Auxílio Doença	172	0,77
Total	22.285	100,00%

As contribuições das Patrocinadoras do Plano (Aperam South América e Aceprev), são repassadas ao Plano mensalmente, dentro dos prazos preestabelecidos. Informamos que não existe inadimplência de contribuições das Patrocinadoras com o Plano e nem contrato de dívida com as mesmas.

5. PATRIMÔNIO

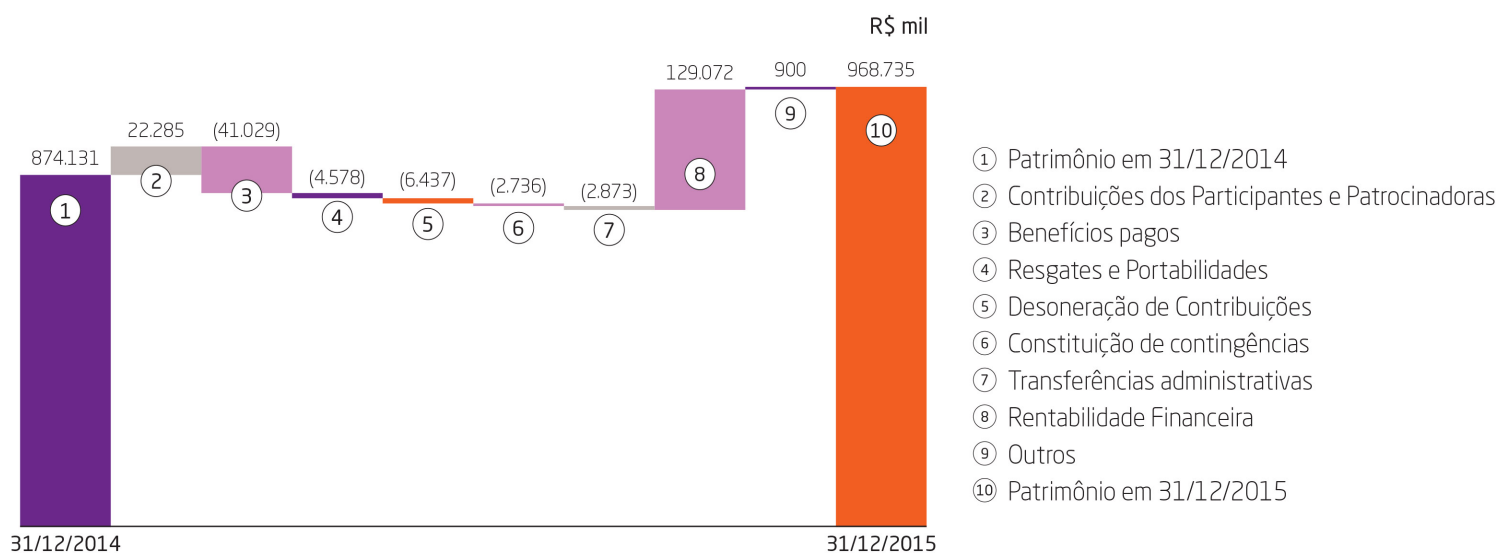
O Patrimônio do Plano AMIB, que representa os investimentos aplicados no mercado financeiro atingiu em dezembro de 2015 o montante de R\$ 964,1 milhões. O quadro abaixo mostra a evolução do Patrimônio da Entidade:

INVESTIMENTO DA ENTIDADE



ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO TOTAL

A evolução do Patrimônio Total, representado pelos seus Ativos e pelo seu Exigível Operacional, Contingencial e Patrimônio Social, apresenta a seguinte evolução:



6. INVESTIMENTOS

RESUMO POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, RENTABILIDADE E RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE

O patrimônio da ACEPREV é distribuído entre fundos de investimentos abertos e carteira própria. A Entidade possui um custodiante (Banco Itaú S/A).

A gestão dos recursos é rigorosamente pautada pela Política de Investimentos, aprovada previamente pelo Conselho Deliberativo e dentro dos limites impostos pelo Banco Central do Brasil (Resolução CMN 3.792/2009 e posteriores).

A política de gestão foca o casamento dos investimentos (Ativos) com os pagamentos das obrigações atuais e futuras do plano de benefícios (Passivos).

6.1- RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Plano de Benefícios AMIB

A) Reserva Cromo

Tipo De Aplicação	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal Máximo	Alocação Objetivo
Renda Fixa	92%	100%	100%	95%
Renda Variável	0%	0%	70%	0%
Investimentos Estruturados	0%	0%	20%	0%
Investimentos no Exterior	0%	0%	10%	0%
Imóveis	0%	8%	8%	5%
Operações com Participantes	0%	0%	15%	0%

b) Reserva Níquel

Tipo De Aplicação	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal Máximo	Alocação Objetivo
Renda Fixa	60%	100%	100%	75%
Renda Variável	0%	15%	70%	10%
Investimentos Estruturados	0%	12%	20%	10%
Investimentos no Exterior	0%	4%	10%	2%
Imóveis	0%	8%	8%	3%
Operações com Participantes	0%	0%	15%	0%

Plano de Gestão Administrativa - PGA

De acordo com o regulamento do Plano de Gestão Administrativa, PGA, o recurso é administrado através da alocação em fundo exclusivo ou aberto de renda fixa.

6.2- RENTABILIDADE

Plano de Benefícios AMIB

A rentabilidade da ACEPREV, comparada a outros índices de referência, pode ser verificada na tabela abaixo.

Retorno	2015
Plano de Benefícios AMIB	15,32%
Reserva Níquel	14,55%
Reserva Cromo	16,63%
Índice de Referência (INPC+5% a.a.)	16,84%
CDI	13,24%
Ibovespa	- 13,30%

Em atendimento a Instrução PREVIC nº 5 de 01 de Novembro de 2013, Capítulo II, Art. 6º, na tabela abaixo verifica-se a Cota Bruta e Líquida dos Planos de Benefícios AMIB e PGA.

Retorno	2015	
	Renda Bruta	Renda Líquida
Plano de Benefícios AMIB	15,37%	15,32%
Renda Fixa	16,75%	16,68%
Renda Variável	-10,76%	-10,97%
Investimento Estruturados	-6,08%	-5,69%
Imóveis	7,36%	7,09%
Índice de Referência (INPC+5% a.a.)	16,84%	
CDI	13,24%	
Ibovespa	- 13,30%	

A Rentabilidade Líquida foi calculada com base nos valores da Contabilidade, sendo feita uma ponderação das alocações para se obter uma rentabilidade por segmento, conforme exigência legal.

Plano de Gestão Administrativa - PGA

Segmentos	2015
PGA	13,30%
CDI	13,24%

O PGA por não possuir despesas possui a rentabilidade bruta igual à rentabilidade líquida.

6.3- RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS (DI)

Composição por Segmento (R\$ mil)

TOTAL DOS RECURSOS GERIDOS PELA ACEPREV

Composição por Segmento	31.12.2015	%	31.12.2014	%
Renda Fixa	968.468	95%	808.258	93%
Renda Variável	16.742	2%	27.693	3%
Investimentos Imobiliários	16.421	2%	16.754	2%
Investimentos Estruturados	22.789	2%	18.210	2%
Total de Investimentos	1.024.420	100%	870.915	100%

PLANO DE BENEFÍCIOS AMIB

Composição por Segmento	31.12.2015	%	31.12.2014	%
Renda Fixa	908.200	94%	804.807	93%
Renda Variável	16.742	2%	27.693	3%
Investimentos Imobiliários	16.421	2%	16.754	2%
Investimentos Estruturados	22.789	2%	18.210	2%
Total de Investimentos	964.152	100%	867.464	100%

RESERVA NÍQUEL

Composição por Segmento	31.12.2015	%	31.12.2014	%
Renda Fixa	561.631	93%	501.584	91%
Renda Variável	16.742	3%	27.693	5%
Investimentos Imobiliários	5.837	1%	5.945	1%
Investimentos Estruturados	22.789	4%	18.210	3%
Total de Investimentos	606.998	100%	553.433	100%

RESERVA CROMO

Composição por Segmento	31.12.2015	%	31.12.2014	%
Renda Fixa	346.569	97%	303.223	97%
Investimentos Imobiliários	10.585	3%	10.808	3%
Total de Investimentos	357.153	100%	314.031	100%

PLANO DE BENEFÍCIOS ACESITA - PBA

Composição por Segmento	31.12.2015	%
Renda Fixa	56.782	100%
Total de Investimentos	56.782	100%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Composição por Segmento	31.12.2015	%	31.12.2014	%
Renda Fixa	3.486	100%	3.451	100%
Total de Investimentos	3.486	100%	3.451	100%

PLANO DE BENEFÍCIOS AMIB

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2015			
Gestor	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
BNP Match	25.620	22,1%	2,7%
Itaú Institucional DI	22.894	19,8%	2,4%
Safra Capital Market	10.333	8,9%	1,1%
FIDC SANEAGO IV	7.050	6,1%	0,7%
SulAmérica Expertise	7.568	6,5%	0,8%
BTG Pactual Dividendos	7.418	6,4%	0,8%
BVEP Plaza	7.414	6,4%	0,8%
BRZ Multi Recebíveis	6.416	5,5%	0,7%
Lacan Florestal	5.077	4,4%	0,5%
BTG Infraestrutura II	4.175	3,6%	0,4%
BNP Momentum	2.339	2,0%	0,2%
Rio Bravo Energia I	2.020	1,7%	0,2%
FIDC CEDAE	1.998	1,7%	0,2%
Modal Gaia CRI	1.855	1,6%	0,2%
SulAmérica Expertise II	1.756	1,5%	0,2%
Rio Bravo Renda Corporativa	677	0,6%	0,1%
BTG Pactual Corporate Office	545	0,5%	0,1%
P2 BRASIL	542	0,5%	0,1%
Total Gestão Terceirizada	115.695	100,0 %	12,0 %

Reserva Níquel

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2015			
GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
BNP Match	20.719	19,8%	3,4%
Itaú Institucional DI	18.542	17,8%	3,1%
Safra Capital Market	10.333	9,9%	1,7%
FIDC SANEAGO IV	5.035	4,8%	0,8%
SulAmérica Expertise	7.568	7,2%	1,2%
BTG Pactual Dividendos	7.418	7,1%	1,2%
BVEP Plaza	7.414	7,1%	1,2%
BRZ Multi Recebíveis	6.416	6,1%	1,1%
Lacan Florestal	5.077	4,9%	0,8%
BTG Infraestrutura II	4.175	4,0%	0,7%
BNP Momentum	2.339	2,2%	0,4%
Rio Bravo Energia I	2.020	1,9%	0,3%
FIDC CEDAE	1.998	1,9%	0,3%
Modal Gaia CRI	1.855	1,8%	0,3%
SulAmérica Expertise II	1.756	1,7%	0,3%
Rio Bravo Renda Corporativa	677	0,6%	0,1%
BTG Pactual Corporate Office	545	0,5%	0,1%
P2 BRASIL	542	0,5%	0,1%
Total Gestão Terceirizada	104.428	100,0 %	17,2 %

Reserva Cromo

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2015			
GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
BNP Match	4.901	43,5%	1,4%
Itaú Institucional DI	4.352	38,6%	1,2%
FIDC SANEAGO IV	2.014	17,9%	0,6%
Total Gestão Terceirizada	11.267	100,0 %	3,2 %

Plano de Benefícios ACESITA - PBA

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2015			
GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
BNP Match	5.473	28,0%	9,6%
Itaú Institucional DI	3.690	18,9%	6,5%
Safra Capital Market	8.341	42,7%	14,7%
FIDC SANEAGO IV	2.014	10,3%	3,5%
Total Gestão Terceirizada	19.518	100,0 %	34,4 %

Plano de Gestão Administrativa - PGA

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2015			
GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
Itaú Institucional DI	3.486	100,0%	99,9%
Total Gestão Terceirizada	3.486	100,0 %	99,9 %

7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em conformidade com a Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, que alterou a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefícios previdencial.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial e Investimentos), deduzidas das despesas específicas da Gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo do PGA é formado pela seguinte movimentação:

- **Receitas:** Alocadas diretamente nos planos, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- **Despesas Comuns e Específicas:** Alocadas diretamente nos planos.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da ACEPREV, e estão em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, datada de 31 de outubro de 2011.

O fluxo da Gestão Administrativa pode ser assim demonstrado:

	2015	2014
(+) Receitas administrativas	4.951.818,23	4.975.303,04
(-) Despesas administrativas	(5.416.239,99)	(4.902.565,62)
(+) Rentabilidade do fundo administrativo	419.418,96	336.509,65
(+) Constituição Fundo / (-) reversão fundo	(45.002,80)	409.247,07

As despesas Administrativas se subdividem em:

	2015	2014	% sobre as receitas previdenciárias	
			2015	2014
Gestão Previdencial	3.337.875,41	2.942.621,41	14,98	13,37
Gestão dos investimentos	2.078.364,58	1.959.944,21	9,30	8,90

Os critérios adotados pela ACEPREV para a segregação das despesas administrativas do plano de gestão administrativa foram os seguintes:

Gestão Previdencial - Os custos administrativos alocados a essa Gestão representam os gastos operacionais da Entidade, apropriados nas contas de resultado dos Planos AMIB e Acesita em conformidade com critérios de rateio aprovados pelo Conselho Deliberativo e a cobertura dos mesmos é custeada por contribuição específica originada das Patrocinadoras Aperam Inox América do Sul S.A. (ex-ArcelorMittal Inox Brasil S.A.) com Aceprev para o Plano AMIB e

ArcelorMittal Bioenergia Ltda com Aperam Inox América do Sul S.A. (ex-ArcelorMittal Inox Brasil S.A.) para o Plano Acesita tudo conforme determinação do atuário do plano – Mercer, detalhado no DA – Demonstrativo das Avaliações Atuariais, bem como dos Autopatrocinados e Vinculados.

Gestão de Investimentos - Os custos administrativos alocados nessa Gestão representam os gastos operacionais da Entidade, apropriados nas contas de resultado dos Planos AMIB e Acesita em conformidade com critérios de rateio aprovados pelo Conselho Deliberativo, e são totalmente custeados pela rentabilidade dos investimentos, conforme os Regulamentos dos Planos geridos pela Entidade.

Foi adotado para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos AMIB e Acesita para o exercício de 2015, a proporção da posição patrimonial dos Planos AMIB e Acesita para as despesas da gestão financeira e a proporção pela posição do número de participantes de cada plano, para a gestão previdencial.

Para as despesas administrativas específicas aos Planos AMIB e Acesita foi elaborado demonstrativo definindo as mesmas. Todos os critérios encontram-se formalizados no Parecer DI 08/2014 de 01/12/2014, aprovado na 190ª reunião do Conselho Deliberativo da Aceprev de 04/12/2014.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA DO PLANO DE BENEFÍCIOS AMIB

Descrição	AMIB	
	2015	2014
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.494.028,61	3.084.781,54
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.371.237,19	5.311.812,69
1.1. Receitas	5.371.237,19	5.311.812,69
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.873.463,21	3.002.830,72
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.078.355,02	1.949.764,97
Resultado Positivo dos Investimentos	419.418,96	336.509,65
Outras Receitas	0,00	22.707,35
2. Despesas Administrativas	5.416.239,99	4.902.565,62
2.1. Administração Previdencial	3.337.875,41	2.942.621,41
2.1.1 Despesas Comuns	1.304.841,26	0,00
Pessoal e encargos	1.035.245,80	0,00
Viagens e estadias	2.932,27	0,00
Serviços de terceiros	203.321,16	0,00
Despesas gerais	63.342,03	0,00
Tributos	0,00	0,00
2.1.2 Despesas Específicas	2.033.034,15	2.942.621,41
Pessoal e encargos	668.121,62	1.578.620,16
Treinamentos/congressos e seminários	16.750,63	30.742,90
Viagens e estadias	53.873,26	63.552,26
Serviços de terceiros	897.958,51	862.161,40
Despesas gerais	187.802,26	200.548,79
Depreciações e amortizações	44.394,32	38.042,11
Contingências	0,00	139.553,79
Tributos	164.133,55	29.400,00

continua >>

2.2. Administração dos Investimentos	2.078.364,58	1.959.944,21
2.2.1 Despesas Comuns	1.029.049,81	0,00
Pessoal e encargos	887.452,12	0,00
Viagens e estadias	908,56	0,00
Serviços de terceiros	66.165,69	0,00
Despesas gerais	73.746,98	0,00
Tributos	776,46	0,00
2.2.2 Despesas Específicas	1.049.314,77	1.959.944,21
Pessoal e encargos	329.060,28	1.221.596,56
Treinamentos/congressos e seminários	9.219,57	6.279,57
Viagens e estadias	39.767,39	35.836,83
Serviços de terceiros	441.809,35	412.487,80
Despesas gerais	81.718,66	144.011,20
Depreciações e amortizações	2.385,00	2.385,00
Contingências	0,00	106.747,25
Tributos	145.354,52	30.600,00
3. (+) Sobra / (-) Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(45.002,80)	409.247,07
4. (+) Constituição / (-) Reversão do Fundo Administrativo (3)	(45.002,80)	409.247,07
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	3.449.025,81	3.494.028,61

Comentários sobre os critérios de pagamento de remuneração variável da Entidade:

- A Aceprev acompanha o acordo de participação nos lucros e resultados 2015, celebrado entre a Comissão de Empregados da Aperam e a Patrocinadora Aperam.
- Aplica-se aos empregados da categoria administrativa, operacionais e técnicas nível médio e superior
- O pagamento da participação nos lucros e resultados está subordinado ao alcance de metas, algumas gerais, outras por equipes.
- Para os diretores, e empregados nível técnico superior especializado, o programa é firmado em metas gerais (empresariais) e em metas individuais, negociadas entre os empregados e o Conselho Deliberativo da Entidade.

8. INFORMAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retomo de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do Plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência associada aos Participantes Mantidos e Assistidos, em gozo de renda mensal vitalícia, uma vez que estes têm seus benefícios estruturados na modalidade de benefício definido.

Para os Participantes Migrados, Participantes admitidos após 05/09/2011, Assistidos e Beneficiários, em gozo de renda mensal financeira, o Plano não apresenta componentes de riscos atuariais, em função de se tratar de plano estruturado na modalidade de contribuição definida.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados pela Mercer e pela ACEPREV, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Acesita Previdência Privada - ACEPREV. O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Acesita Previdência Privada - ACEPREV.

Informações sobre a aderência da taxa de juros

A adequação da taxa de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Entidade, de forma a identificar a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. As projeções foram feitas com base na carteira atual e as observações do atuário estão contidas no estudo arquivado na Entidade. Com base nos resultados dos estudos supracitados, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo da ACEPREV aprovaram a manutenção da taxa real anual de juros de 5% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 5% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015 e corresponde àquela que foi adotada para as projeções atuariais do Plano.

Principais impactos sofridos pelo Plano

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2014, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

Natureza do resultado do Plano

O principal fator que contribuiu para a manutenção da posição superavitária do Plano de Benefícios AMIB em patamar semelhante ao obtido pela evolução das provisões matemáticas por recorrência, foi a evolução da massa de participantes e fatores econômicos conforme o esperado, exceto retorno observado do ativo que não alcançou a meta atuarial. Considera-se, portanto, o resultado de natureza estrutural.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº26 de 29/09/2008, e representa 18,66% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido. Não houve excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência, considerando a Duration de 2014, no valor de 12,20 anos.

Hipóteses Atuariais

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros (1)	5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	2,4% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0% a.a.
Fator de capacidade para os salários	100%
Fator de capacidade para os benefícios	98%
Hipótese sobre rotatividade (3)	Mercer Service
Tábua de mortalidade geral (4)	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos (5)	AT-2000 Basic
Tábua de entrada em invalidez (6)	AT-2000 Basic
Outras hipóteses biométricas utilizadas (7)	Mercer Retirement

(1) O indexador utilizado é o INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

(3) A rotatividade, pela Mercer Service, varia de acordo com o tempo de serviço (TS): Mínimo(0,75 / (TS + 1); 15%). A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

(4) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

(5) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, agravada em 5 anos e segregada por sexo.

(6) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, suavizada em 10% e segregada por sexo.

(7) A Mercer Retirement é uma tábua de probabilidade de entrada em aposentadoria e foi ajustada à experiência da ACEPREV da seguinte forma: 25% na primeira elegibilidade à Aposentadoria Antecipada, 10% após a primeira e antes da última elegibilidade à Aposentadoria Antecipada, 25% na última elegibilidade à Aposentadoria Antecipada e 100% na data de elegibilidade à Aposentadoria Normal.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem os métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2014.

Método Atuarial

Adequação dos métodos de financiamento – Os benefícios de Aposentadoria Normal, Especial e Antecipada, Incapacidade e Pensão por Morte, de Participante Ativo, foram avaliados, prioritariamente, pelo método de “Capitalização Individual”, sendo que o Benefício Mínimo e os benefícios garantidos foram avaliados pelo método “Agregado”, enquanto que para o benefício de Auxílio Doença foi adotado o método de “Repartição Simples”.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios e o estudo técnico de aderência de hipóteses realizado.

Na opinião da empresa de consultoria atuarial Mercer, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC 09/2012, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS, NOTAS EXPLICATIVAS E PARECERES

Apresentamos abaixo, as demonstrações financeiras previstas no item 17 do anexo C da Resolução CNPC nº8 de 31/10/2011 bem como o balanço patrimonial e demonstração de resultados, elaboradas de modo simplificado para melhor entendimento dos Participantes tudo conforme determina a Resolução CGPC 28 de janeiro de 2009 e Resolução CGPC 5 de 30 de janeiro de 2002.

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIAL

	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$)	
	31.12.15	31.12.14
ATIVO	968.734.811,97	872.188.177,49
DISPONÍVEL	16.218,61	15.898,41
CONTAS A RECEBER	4.574.429,13	4.722.551,87
APLICAÇÕES	964.144.164,23	867.449.727,21
Títulos Públicos	579.169.255,20	460.770.359,13
Créditos Privados e Depósitos	252.858.518,14	222.328.492,72
Fundos de Investimento	115.695.014,69	167.597.077,91
Investimento Imobiliário	16.421.376,20	16.753.797,45
PASSIVO	968.734.811,97	872.188.177,49
CONTAS A PAGAR	1.689.416,16	1.165.698,96
VALORES EM LITÍGIO	8.896.105,13	6.499.862,90
COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	822.866.140,90	736.403.117,51
FUNDOS	81.694.735,66	79.337.884,59
EQUILÍBRIO TÉCNICO	53.588.414,12	48.781.613,53
Resultados Realizados	53.588.414,12	48.781.613,53
Superávit Técnico Acumulado	53.588.414,12	48.781.613,53

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$)	
	31.12.15	31.12.14
(+) CONTRIBUIÇÕES	22.285.306,20	22.007.182,53
(-) BENEFÍCIOS	52.076.058,68	43.254.685,77
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	129.071.666,01	91.378.653,86
(=) RECURSOS LIQUIDOS	99.280.913,52	70.131.150,62
DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(2.873.463,21)	(3.002.830,72)
FORMAÇÃO VALORES EM LITÍGIO	(2.735.772,47)	(1.158.939,31)
FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(86.463.023,39)	(53.253.660,76)
CONSTITUIÇÃO / UTILIZAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(2.401.853,87)	1.104.929,34
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(4.806.800,59)	(13.820.649,17)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$ mil)		Variação %
	Exercício findo em 31.12.15	31.12.14	
A) Ativo Líquido - início do exercício	861.029	795.059	8
1. Adições	151.356	113.386	33
(+) Contribuições	22.285	22.007	1
(+) Resultado Positivo dos Invest. - Gestão Previdencial	129.071	91.379	41
2. Destinações	(57.685)	(47.416)	22
(-) Benefícios	(52.076)	(43.254)	20
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(2.736)	(1.159)	136
(-) Custeio Administrativo	(2.873)	(3.003)	(4)
3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	93.671	65.970	42
Variação anual:			
(+/-) Provisões Matemáticas	86.463	53.254	62
(+/-) Fundos Previdenciais	2.402	(1.105)	(321)
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	4.806	13.821	(66)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	954.700	861.029	11
C) Fundos Não Previdenciais	3.449	3.494	(1)
(+/-) Fundos Administrativos	3.449	3.494	(1)

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

Comentários sobre a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano :

Item 1 - Adições - Representa as entradas de recursos no Plano, ou seja, são os valores recebidos de patrocinadoras e participantes, cuja finalidade é o pagamento de benefícios de aposentadorias destes participantes, bem como a rentabilidade proporcionada pelos investimentos destes recursos no mercado financeiro.

Item 2 - Destinações - Refere-se, em grande parte, as saídas de recursos do Plano através de pagamentos de aposentadorias aos participantes aposentados.

Item 3 - Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido - Demonstra o aumento ou diminuição do montante dos recursos do Plano, ou seja, o Plano teve um incremento de R\$ 94 milhões no exercício de 2015.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$ mil)		Variação %
	Exercício findo em 31.12.15	31.12.14	
1. Ativos	968.734	872.189	11
Disponível	16	16	-
Recebível	4.574	4.723	(3)
Investimento	964.144	867.450	11
Títulos Públicos	579.169	460.771	26
Créditos Privados e Depósitos	252.859	222.328	14
Fundos de Investimento	115.695	167.597	(31)
Investimentos Imobiliários	16.421	16.754	(2)
2. Obrigações	10.585	7.666	38
Operacional	1.689	1.166	45
Contingencial	8.896	6.500	37
3. Fundos não Previdenciais	3.449	3.494	(1)
Fundos Administrativos	3.449	3.494	(1)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	954.700	861.029	11
Provisões Matemáticas	822.866	736.403	12
Superávit Técnico	53.588	48.782	10
Fundos Previdenciais	78.246	75.844	3
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	53.588	48.782	10
b) (+/-)Ajuste de Precificação	-	-	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	53.588	48.782	10

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

Comentários sobre a Demonstração do Ativo Líquido do Plano :

Item 1 - Ativos - Investimentos: representam os montantes que a Entidade possui aplicados no mercado financeiro. A distribuição da alocação destes recursos está representada no quadro acima, detalhando os segmentos das aplicações dos mesmos.

Item 2 - Obrigações - representam os compromissos a pagar imediatos e futuros do Plano para com terceiros. Registra os valores de benefícios a pagar aos Participantes Assistidos do Plano e retenções da gestão previdencial, bem como registra as despesas a pagar relativas ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), com vencimentos em janeiro/2016 e outras exigibilidades. Contingências representam as provisões para absorver perdas de ações ajuizadas contra a Aceprev, relativas às demandas contenciosas de natureza cível, com os prognósticos classificados pelos Assessores Jurídicos da Entidade como Perdas Prováveis.

Item 3 - O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os gastos excedentes ao custeio administrativo, relativos à manutenção da Estrutura Administrativa da Entidade, bem como os investimentos em Imobilizado. É constituído pelo resultado positivo encontrado na apuração das receitas e despesas do PGA.

Item 4 - Ativo Líquido - Representa o montante de recursos que o Plano possui para honrar com os compromissos do plano relativo às aposentadorias de seus Participantes.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios: AMIB (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.15	31.12.14	%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.494	3.085	13
1. Custeio da Gestão Administrativa			
1.1. Receitas	5.371	5.312	1
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.874	3.003	(4)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.078	1.950	7
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	419	336	25
Outras Receitas	-	23	(100)
2. Despesas Administrativas	5.416	4.903	10
2.1. Administração Previdencial	3.338	2.943	13
2.1.1 Despesas Comuns	1.305	-	-
Pessoal e encargos	1.035	-	-
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	-	-
Viagens e Estadias	3	-	-
Serviços de Terceiros	203	-	-
Despesas Gerais	64	-	-
Depreciações e Amortizações	-	-	-
Tributos	-	-	-
2.1.2 Despesas Específicas	2.033	2.943	(31)
Pessoal e encargos	668	1.579	(58)
Treinamentos/Congressos e Seminários	17	31	(45)
Viagens e Estadias	54	63	(14)
Serviços de Terceiros	898	862	4
Despesas Gerais	188	230	(18)
Depreciações e Amortizações	44	38	16
Tributos	164	140	17
2.2. Administração dos Investimentos	2.078	1.960	6
2.2.1 Despesas Comuns	1.029	-	-
Pessoal e Encargos	887	-	-
Treinamentos/Congressos e Seminários	0	-	-
Viagens e Estadias	1	-	-
Serviços de Terceiros	66	-	-
Despesas Gerais	74	-	-
Depreciações e Amortizações	0	-	-
Tributos	1	-	-
2.2.2 Despesas Específicas	1.049	1.960	(46)
Pessoal e encargos	329	1.222	(73)
Treinamentos/Congressos e Seminários	9	6	50

continua >>

Viagens e Estádias	40	36	11
Serviços de Terceiros	442	412	7
Despesas Gerais	82	175	(53)
Depreciações e Amortizações	2	2	0
Tributos	145	107	36
3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(45)	409	(111)
4. Constituição/ (Reversão) do Fundo Administrativo (3)	(45)	409	(111)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	3.449	3.494	(1)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$ mil)		Variação %
	Exercício findo em 31.12.15	31.12.14	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	965.286	868.695	11
1) Provisões Matemáticas	822.867	736.403	12
1.1. Benefícios Concedidos	402.224	342.816	17
Contribuição Definida	148.561	122.300	21
Benefício Definido	253.663	220.516	15
1.2. Benefício a Conceder	420.643	393.587	7
Contribuição Definida	387.367	359.756	8
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	154.950	143.694	8
Saldo de Contas - Parcela Participantes	232.417	216.062	8
Benefício Definido	33.276	33.831	-
2. Equilíbrio Técnico	53.544	48.782	10
2.1. Resultados Realizados	53.544	48.782	10
Superávit Técnico Acumulado	53.544	48.782	10
Reserva de Contingência	53.532	48.715	10
Reserva para revisão de plano	12	67	(82)
3. Fundos	78.290	75.844	3
3.1. Fundos Previdenciais	78.290	75.844	3
4. Exigível Operacional	1.689	1.166	45
4.1. Gestão Previdencial	1.492	1.023	46
4.2. Investimentos Gestão Previdencial	197	143	
5. Exigível Contingencial	8.896	6.500	37
5.1. Gestão Previdencial	8.896	6.500	37

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

As Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras de 2015 bem como as próprias Demonstrações Financeiras estão publicadas no site da Entidade, www.aceprev.com.br > Downloads > Notas Explicativas.

Parecer do Auditor Externo

O Relatório do Auditor Independente Fernando Motta & Associados apresenta em seu parecer a opinião de que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2015, conforme podemos atestar no demonstrativo abaixo.

PAR-16/018

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da
ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA - ACEPREV

Belo Horizonte – MG

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações financeiras da ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA - ACEPREV, que compreendem o balanço patrimonial (consolidado) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios AMIB e ACESITA, da mutação do patrimônio social (consolidada), da mutação do ativo líquido por plano de benefícios AMIB e ACESITA, do plano de gestão administrativa (consolidado) e por plano de benefícios AMIB e ACESITA e das provisões técnicas do Plano de Benefícios da AMIB e ACESITA do exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados como necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nelas, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar esta nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no tópico primeiro representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA - ACEPREV, em 31 de dezembro de 2015, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Belo Horizonte, 02 de março de 2016.

Fernando Motta & Associados

Audidores Independentes
CRCMG – 757

Fernando Campos Motta
Contador CRCMG – 91.109

Nilton José Ribeiro
Contador CRCMG – 43.491

Parecer do Conselho Fiscal Relativo ao Segundo Semestre de 2015

Os membros do Conselho Fiscal da Acesita Previdência Privada, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do art. 23 do Estatuto da Entidade, cumprindo os ditames da Resolução CGPC 13/2004 e da Resolução BACEN/CMN 3.792 de 24/09/2009, manifestam sobre os seguintes pontos de análise, relativos ao segundo semestre de 2015: (1) análise e avaliação da efetividade dos controles internos na mitigação dos riscos; (2) aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, incluindo a Gestão dos Riscos; (3) aderência às premissas e hipóteses atuariais utilizadas no plano de benefícios; (4) adequação da execução orçamentária; (5) demonstrações financeiras; (6) recomendações do Conselho Fiscal; (7) certificação de profissionais; (8) eventos relevantes e (9) observações finais.

Destarte, nos exatos termos constantes da ata da 73ª reunião do Conselho Fiscal, datada de 11/03/2016, lavrada em forma de sumário e arquivada em livro próprio, bem como pelo que consta do Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal, também datado de 11/03/2016, o Conselho Fiscal deu seu parecer nos seguintes termos:

(1) Análise e avaliação da efetividade dos controles internos na mitigação dos riscos. O Conselho Fiscal verificou a existência e acompanhamento de controles internos na mitigação dos riscos, conforme Plano de Ação da Entidade, parte integrante do Relatório da Administração. Foi recomendado à Diretoria da Entidade que, para o ano de 2016, as ações de melhorias apresentadas pela Administração sejam implementadas e constantemente monitoradas visando o pleno cumprimento das mesmas.

(2) Aderência da gestão dos recursos garantidores do plano de benefício às normas em vigor e à Política de Investimentos, incluindo a Gestão dos Riscos. Nos termos do art. 19 da Resolução CGPC 13/2004, com base nos relatórios emitidos no segundo semestre de 2015 pela Diretoria Financeira, os Conselheiros Fiscais, por unanimidade, declaram ter avaliado e atestado a aderência da gestão de recursos da Entidade com a legislação em vigor e com a Política de Investimentos.

(3) Aderência às premissas e hipóteses atuariais utilizadas no plano de benefícios. Considerando que a Resolução CGPC 13/2004, nos termos do art. 19, I, determina que o Conselho Fiscal ateste a aderência das premissas e hipóteses atuariais, mas por outro lado, este Colegiado não tem como cumprir tais ditames, por lhe faltar aparato técnico, tomou por base os pareceres atuariais emitidos em 26/02/2016 pela MERCER. Assim, o Conselho Fiscal atestou a aderência das hipóteses e premissas atuariais.

(4) Adequação da Execução Orçamentária. Nos termos do art. 19, I, da Resolução CGPC 13/2004, o Conselho Fiscal atestou o cumprimento do Orçamento Geral no ano de 2015.

(5) Demonstrações Financeiras. Nos termos do art. 23, alínea "a" do Estatuto da Entidade, os Conselheiros Fiscais examinaram as Demonstrações Financeiras da Entidade em 31/12/2015, que compreendem o Balanço Patrimonial – Consolidado, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada, Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, devidamente auditadas pela Fernando Motta & Associados Auditores Independentes, suportados pelo parecer sem ressalvas, que faz parte integrante das Demonstrações Financeiras da Entidade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Com base nos documentos examinados, os Conselheiros Fiscais

aprovaram as mencionadas Demonstrações Financeiras, que traduzem, em todos os aspectos materiais, a situação patrimonial e financeira da Acesita Previdência Privada em 31 de dezembro de 2015 e o resultado de suas operações correspondente àquele exercício, estando em condições de serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

(6) Recomendações do Conselho Fiscal. As recomendações do Conselho Fiscal decorrentes da análise do Relatório da Administração referente ao ano de 2015 estão inseridas nos respectivos tópicos do Relatório de Controles Internos deste Conselho. As recomendações em fase de implementação, devidamente justificadas pela Diretoria da Entidade, fazem parte do Plano de Ação, constante do Relatório da Administração.

(7) Certificação de Profissionais. Nos termos do artigo 5º da Resolução CNPC nº 19, de 16 de abril de 2015, alterado pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015, a Entidade deve ter a maioria dos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo e a totalidade dos membros da diretoria-executiva certificados até 15 de abril de 2016. Embora o prazo final ainda não tenha se exaurido, este Conselho, já seguindo os ditames do §8º do artigo 5º supracitado, entrevistou o Diretor Financeiro da Entidade que informou e apresentou evidências de que a totalidade dos membros da diretoria-executiva já está certificada, bem como todos os empregados que trabalham na avaliação e aprovação de investimentos ou são responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos, bem como os integrantes do Comitê de Investimentos. Também já estão certificados 4 membros do Conselho Deliberativo e 2 membros do Conselho Fiscal. Verificou-se, ainda, que os suplentes do Conselho Deliberativo enviaram cartas renunciando aos cargos. Também foi informado pelo Contador da Entidade que o membro suplente do Conselho Fiscal está em fase de certificação, aguardando agendamento da prova no ICSS. Quanto aos suplentes do Conselho Deliberativo que renunciaram aos seus cargos, foi apresentado parecer emitido pela PAR Advogados, datado de 03/11/2015, concluindo pela não necessidade de realização de eleições para substituição dos suplentes.

(8) Eventos Relevantes. 8.1. Recebimento do Plano de Benefícios Acesita. Apesar de que em alguns itens deste relatório já terem sido tecidos comentários a respeito do Plano de Benefícios Acesita, os membros do Conselho Fiscal entrevistaram o Diretor Financeiro e a Diretora Administrativa e de Seguridade com o objetivo de acompanhar o desdobramento da recepção do plano pela ACEPREV. Em 1º de abril de 2015 ACEPREV recebeu oficialmente o Plano de Benefícios Acesita. No entanto, ficaram ainda algumas pendências, o que nos impede de declarar o processo de transferência concluído. A Entidade recebeu o Despacho nº 140/2015/CGTR/DITEC/PREVIC de 23/04/2015 com o Ofício 1419/CGTR/DITEC/PREVIC, de 27/05/2015, o despacho nº 276/2015/CGTR/DITEC/PREVIC, datado em 19 de agosto de 2015 com o Ofício nº 2455/CGTR/DITEC/PREVIC, de 15/09/2015, os quais solicitam o envio de declarações que atestem que todas as cláusulas do Termo de Transferência foram cumpridas e que todo o recurso tenha efetivamente sido transferido para a entidade receptora. O prazo de reposta ao 2º Ofício é até o dia 15 de março de 2016, onde serão feitas novas diligências para atestar o cumprimento de todos os itens do termo de transferência, ou evidenciar as pendências remanescentes. A despeito de toda a dificuldade envolvida, segundo a Administração da Entidade, não houve qualquer solução de continuidade nos serviços prestados.

8.2. Abertura de Conta no Banco do Brasil. Conforme descrito no Relatório de Desempenho Atuarial e de Benefícios – Processo Gerir Seguridade, página 33, o Banco do Brasil informou à ACEPREV que a partir de janeiro/2016 estaria encerrando a prestação de serviço de pagamento de salário/benefício nas modalidades DOC/TED, Cartão Salário e Conta Poupança. Desta forma, o banco passaria a cobrar taxa pela transferência para outras instituições financeiras dos recursos depositados pela Entidade. Para evitar pagamento de taxas, seja para a ACEPREV ou para os participantes, foi enviada correspondência, em 22/12/2015, solicitando aos 819 participantes que não recebam pelo Banco Brasil, que procurassem uma agência de sua preferência para abertura de conta salário, opção oferecida pelo Banco. No entanto, 401 deles não se manifestaram a tempo para a folha de pagamento de janeiro/16, sendo necessário o reenvio da segunda correspondência em 01/02/2016. Até o dia 23/02/2016, faltavam 245 participantes manifestarem. Tendo em vista problemas operacionais do Banco do Brasil, o fluxo de abertura de contas está bem abaixo do esperado, o que acarretou um volume significativo de TEDs na folha de janeiro/2016. Desta maneira, considerando que a maior parte dos problemas não foi provocada pelos participantes, a ACEPREV arcou com o custo das transferências em janeiro, depois de uma negociação com o Banco do Brasil buscando uma tarifa bem inferior à praticada usualmente. Uma nova correspondência será enviada aos participantes ainda no mês corrente, solicitando a criação da conta salário e informando que os participantes que

optarem por permanecer recebendo por outra instituição financeira ou que darem inertes ao pedido feito pela Entidade, terão descontados de seu benefício as tarifas bancárias praticadas, podendo estas sofrer reajustes a qualquer momento de acordo com a tabela utilizada pelo banco.

(9) Observações finais. Sem prejuízo do acima exposto, o Conselho Fiscal pediu para constar o seguinte: a) que o Relatório de Controles Internos, assinado na presente data, faz parte integrante deste parecer, para todos os fins de direito, e nele constam todas as eventuais recomendações do Conselho Fiscal que não geram ressalvas na ata ou no parecer de aprovação dos resultados, sendo que os apontamentos sugerem melhorias para os controles internos e procedimentos adotados pela Entidade; b) que os Diretores (Diretora Presidente, Diretor Financeiro e Diretora Administrativa e de Seguridade), o Analista Financeiro, a Analista Contábil e o Contador da Entidade compareceram à reunião, bem como deram todas as explicações requeridas; c) que o Conselho Fiscal recebeu, previamente, os pareceres dos Auditores Independentes, não havendo ressalvas sobre o parecer das Demonstrações Financeiras (PAR-16/018).

Nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente parecer que, depois de lido e aprovado, vai assinado pelos Conselheiros Fiscais da Entidade.

Belo Horizonte, 11 de março de 2016.

Marcos Bruno Assis Oliveira
Presidente do Conselho Fiscal

Frederico Barbosa de Rezende
Conselheiro Fiscal

Nildo Gonçalves Vitorino
Conselheiro Fiscal

Recomendações do Conselho Fiscal Relatório de Controles Internos 2º semestre de 2015

3.1. Controles internos ao nível geral da Entidade (pag. 5)

Recomendação : Para o ano de 2016 o Conselho Fiscal recomendou que as ações de melhorias apresentadas pela Administração sejam implementadas e constantemente monitoradas visando o pleno cumprimento das mesmas.

7.2. Relatórios anteriores (pag. 28)

A Diretoria da Entidade consolidou em um só plano de ação, todas as pendências extraídas dos relatórios do Conselho Fiscal, da Auditoria Externa e do Conselho Deliberativo, bem como ofícios da PREVIC. Este Plano de Ação consolidado, com o acompanhamento e andamento das ações está demonstrado no Relatório da Administração / Anexos. O cumprimento das ações no prazo estabelecido é monitorado pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

Parecer do Conselho Deliberativo da Acesita Previdência Privada

O Conselho Deliberativo da Acesita Previdência Privada, no uso de suas atribuições estatutárias examinou o Relatório de Desempenho, as Demonstrações Financeiras da Entidade incluindo, o Balanço Patrimonial - Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada, as Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, as Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, as Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada e por Plano de Benefícios, as Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Notas Explicativas  s Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como os Pareceres Atuariais de 26 de fevereiro de 2016.

Com base nos documentos examinados, nos pareceres dos Auditores Fernando Motta & Associados datado de 02 de març  de 2016, no parecer do Atu rio Mercer Human Resource Consulting Ltda datado de 26 de fevereiro de 2016 e no Relatório de Controles Internos e Parecer do Conselho Fiscal da Acesita Previdência Privada, ambos documentos datados de 11.03.2016, os membros deste Conselho Deliberativo, em cumprimento ao disposto nos inciso VII do artigo 14 do Estatuto da Entidade, aprovaram o relatório anual e prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Nos termos do Inciso III do artigo 14 do Estatuto, o Conselho Deliberativo, examinando ainda os documentos acima citados aprovou os cálculos atuarias e o custeio anual para o Plano de Benefícios da Entidade, tudo conforme consta do Parecer Actuarial da Mercer Human Resource Consulting Ltda. assinado em 26/02/2016, ficando aprovadas as matérias ali contidas e de competência deste colegiado.

As deliberações e aprovações contidas no presente parecer constam lavradas da Ata 205ª reunião do Conselho Deliberativo, arquivada em livro próprio e ora ratificada.

Belo Horizonte, 18 de març  de 2016.

Gisele Araújo Polati
Presidente do Conselho Deliberativo substituta

Auditor Externo
Fernando Motta & Associados
(31) 3221-3500
niltonribeiro@fmotta.com.br

Administrador Responsável
Gualter Guilherme Oliveira Moreira
(31) 3048-6252
gualter.moreira@aperam.com

BELO HORIZONTE

Av. Assis Chateaubriand, nº 264, 2º andar - CEP 30.150-100 - Belo Horizonte - MG

E-mail: inox.aceprev@aperam.com

Telefone: (31) 3048-6318 / 6317 - Fax: (31) 3048-6284

TIMÓTEO

Praça 1º de Maio, nº 9 - Centro - CEP 35.180-018 - Timóteo - MG

E-mail: inox.aceprevusina@aperam.com

Telefone: (31) 3849-7001 / 7408 - Fax: (31) 3849-7004